



FROM COLONY TO NATION, ESSAYS ON THE INDEPENDENCE OF
BRAZIL. Edited by A. J. R. Russel-Wood. Baltimore and London,
The Johns Hopkins University Press, 1975. 267 p.

O livro pode ser visto na perspectiva das dezenas de obras que apareceram no Brasil no ano de 1972, comemorativas da Independência. A historiografia do país foi sempre dada a esse cultivo: os organismos oficiais, os governos, as Universidades, as Academias e os Institutos Históricos celebram as datas com conferências ou ciclos, livros ou coletâneas de estudos. O resultado raramente é de boa qualidade, pois o que se tem é uma História festiva, laudatória, patriótica, que enaltece figuras e episódios, sem maior sentido crítico de busca do que realmente houve. Elaboram-se versões oficiais, repetindo lugares comuns nem sempre corretos. Há algumas exceções, é claro, mas essa é a norma. Ainda recentemente, inspiradas por nacionalismo exaltado e não reflexivo, as comemorações pouco ultrapassaram o elogio, que nada deixa de conhecimento científico. Houve conferências, artigos e livros. Nenhuma grande obra, no entanto, pode ser destacada de toda essa massa de publicações, na qual o melhor foi a edição de textos de fontes. O certo é que a História do Brasil em geral e a da Independência, em particular não foram beneficiadas com todo esse entusiasmo patriótico, pois os episódios e personagens evocados o foram na perspectiva tradicional, consagrada, por vezes mítica. Poucas exceções poderiam ser apontadas, de obras que procuravam fazer revisionismo, a crítica objetiva e original. Entre elas, a coletânea organizada por Carlos Guilherme Mota — 1822, *Dimensões* (1972). Mesmo essa vale mais pela intenção que pela realização, uma vez que o conteúdo não corresponde ao intento do coordenador. Também se impõe o livro que ora se comenta.

Não foi com o intuito de festejar a Independência do Brasil que o historiador A. J. R. Russell-Wood reuniu pesquisadores norte-americanos e brasileiros (o coordenador é britânico) para um encontro que estudasse a passagem da Colônia à Nação, com "ensaios sobre a Independência do Brasil", que se realizou nos dias 18 e 19 de outubro de 1972, no Departamento de História da Universidade Johns Hopkins. A iniciativa, traduzida em volume, é parte da série "The Johns Hopkins Symposia in Comparative History",

que procura reunir especialistas em diferentes assuntos para discuti-los de modo abrangente. É uma das vantagens da História Comparativa, como se sabe. O volume é o sexto da série.

Reunem-se aqui oito estudos que dizem respeito, direta ou indiretamente, à Independência. Não se cogita de comparar o processo brasileiro com o de outros, mas a análise de problemas relevantes e que podem ajudar a compreender não só o que foi a emancipação, como o estabelecimento do novo Estado e a passagem do estatuto colonial ao de nação livre. O organizador é familiarizado com a História do Brasil português, uma vez que morou vários anos no país, em pesquisas na Bahia e em Minas. É admirável sua capacidade de trabalho, bem como de organização do material, como se vê em artigos e no livro *Fidalgos and Philanthropists. The Santa Casa de Misericórdia of Bahia, 1550-1755* (1968). Espera-se que edite o que escreveu sobre Minas, ou venha a escrever, pois fez longa investigação sobre problema básico da área, qual seja o início da decadência da mineração, que ele supõe, em tese revisionista, tenha se verificado muito cedo, ainda na primeira metade do século XVIII, ao contrário da opinião convencional que assinala os anos sessenta para o declínio produtivo.

Alem de organizador do encontro e do volume, Russell-Wood colaborou escrevendo, como Introdução, um capítulo sobre as precondições e fatores do movimento de independência na América portuguesa, em que examina as raízes coloniais do que houve, revelando-se bom conhecedor da História do Brasil seiscentista e setecentista. Seu objetivo é "colocar o movimento da Independência no contexto econômico, social e político mais vasto do Brasil colonial" (p. 7), o que faz com êxito. Mostra como não há pontos comuns no processo de separação do continente que identifiquem as colônias inglesas, espanholas e portuguesa: é certo que há afinidades, mas elas não são de molde a configurar processo geral. Cientista cauteloso, adverte do perigo do apelo do historiador aos conceitos de ciência social ("aculturação", "contato cultural", entre outros), pois feito sem o devido cuidado leva a confusões ou a nenhum esclarecimento (p. 5). O autor reconhece o preconceito contra pretos e mulatos, embora nos pareça exagerado ao falar sobre o número de escravos importados pelo país — cinco milhões antes de 1800 em uma "estimativa conservadora" (p. 11). Também nos parece que não é certo que o gesto de D. Pedro em 1822 não tivesse "sólido suporte" em setores da sociedade (p. 36). Se não contasse com ele não seria conduzido ao que fez. Havia grupos ponderáveis, sobretudo no Rio de Janeiro, em São Paulo e em Minas, constituídos de brasileiros ou portugueses, com interesses no Brasil, que conduziram o processo do qual o Príncipe foi o agente. Aqui mesmo, nos estudos de Emilia Viotti da Costa, Maria Odila Silva Dias e Stuart Schwartz o fato aparece. O ensaio, em linhas gerais, é correto e lúcido, apreendendo o caso da emancipação à luz de um jogo econômico, político e social que é convenientemente captado.

Não vamos examinar capítulo por capítulo, o que tornaria a resenha muito longa. Apenas uma referência sumária a cada um, para destacar o que é e representa para entendimento do tema. Além da primeira parte — Raízes coloniais —, de autoria do organizador (38 p.), há três outras. A política é a mais extensa, com três capítulos. Os dois primeiros tratam da "emancipação política" e do "estabelecimento da Corte no Brasil" e são de autoria de conhecidas histórias brasileiras: Emilia Viotti da Costa e Maria Odila Silva Dias, da Universidade de São Paulo, sendo que a primeira se encontra há algum tempo nos Estados Unidos, em considerável perda para o magistério no Brasil. São autoras de obras apreciáveis, como *Da senzala à colônia* (1966), de Emilia, e *O fardo do homem branco* (1974), de Maria Odila. Os capítulos que aqui aparecem eram conhecidos, publicados em coletâneas no Brasil: o primeiro em *Brasil em perspectiva* (1968), o segundo em 1822, *Dimensões* (1972), organizadas por Carlos Guilherme Mota. São bons enfoques dos problemas e dão visão circunstanciada do que tratam (46 e 20 p.), de modo que, pelas características didáticas, valem para os leitores estrangeiros como valeram para os nacionais, pelo alto nível de elaboração das autoras. Já o terceiro é de um pesquisador americano, responsável por trabalho importante de história diplomática do Brasil recente (1930-39), a ser editado em breve. O autor estuda "Os Estados Unidos e a independência brasileira" (31 p.), seguro pela pesquisa e interpretação, com aspectos originais. Denuncia o mito do respeito mútuo e simpatia entre as duas jovens nações no início: "Brasil e Estados Unidos não tinham praticamente nada em comum (...) e seu intercuro político foi portanto caracterizado mais pela fricção e divergência que pelo mútuo entendimento" (p. 109). Ainda depois do reconhecimento da Independência os Estados Unidos custariam a superar as restrições ideológicas e a suspeita relativamente ao Brasil, o que só aconteceria em um futuro quando os dois países "descobrissem interesses e ideais comuns" (p. 129). O capítulo oferece importantes subsídios para conhecer o que foi a atitude dos Estados Unidos ante a revolução de 1817, as vicissitudes do delegado que os revolucionários do Nordeste enviaram aos Estados Unidos e da missão norte-americana no Brasil, fundado em documentos ainda não revelados ou em jornais da época. Bastava essa parte (p. 114-20) para recomendar a contribuição de Stanley E. Hilton. Há muito mais, no entanto, como se vê no desdobramento das relações de 1822 a 24 e um pouco depois.

A parte de aspectos sociais consta de dois estudos — o de Stuart B. Schwartz sobre a política de elite e o crescimento camponês no fim do período colonial e o Richard M. Morse sobre o desenvolvimento urbano na Colônia e no Império. Schwartz escreveu *Sovereignty and Society in Colonial Brazil* (1973), ocupando-se agora com nova obra, sobre a sociedade e a economia agrícola na Bahia no período colonial. A matéria deste capítulo (22 p.), prende-se ao último interesse: pretende demonstrar não as condições econômicas da época da Independência, mas a emergência de mão-de-obra rural camponesa, e seu impacto nas decisões políticas e sociais da oligarquia

nativa (p. 134). O mais valioso é evidenciar certa complexidade na estrutura social, que nega ou supera o esquema simplista de senhores e escravos. Usa as análises antigas de Vilhena (1802) ou Gaioso (1818), bem como de autores modernos, acrescentando-lhes o toque pessoal do conhecimento que lhe dá a pesquisa que realiza na Bahia revela quadro que não o convencional. Contribui para ajudar a esclarecer o que era a sociedade no começo do século XIX, quando se instala a nação. Já o estudo de Richard M. Morse, embora valioso, apenas sistematiza o que já escreveu em outras oportunidades — livros ou artigos sobre a urbanização na América Latina. Além da obra *Las ciudades Latinoamericanas* (1973), a que dedicou a São Paulo, já traduzida — *Formação histórica de São Paulo* (1970). Seu capítulo, de 27 p., é rico de perspectivas, pelas investigações que realizou no Brasil e no mundo americano, que lhe permitem paralelos esclarecedores, bem como de quanto se escreveu, que Morse é erudito conhecedor da História brasileira no seu todo, apenas em aspectos de urbanização, nos quais é autoridade. Lúcida a denúncia da tese banal dos "dois Brasis" (p. 180).

A última parte trata de aspectos culturais e reúne também dois estudos o de Manuel da Silveira Cardoso, sobre a modernização de Portugal e a Independência do Brasil, e o de E. Bradford Burns, sobre os intelectuais como agentes de mudança e a Independência (1724-1822). Há vínculo entre os dois, como se percebe pelo simples enunciado. O de Manuel da Silveira Cardoso confirma as qualidades de pesquisador erudito que já revelou em muitos artigos: entre eles, destaquem-se os dedicados à mineração no século XVIII, dos quais é notável conhecedor. Parece-nos que devia reunir esses estudos em livro. Seu capítulo, de 26 p., está na linha de trabalhos anteriores, marcada pela erudição e pelo pormenor convenientemente esclarecido. Tem-se aí o exame das manifestações em Portugal do pensamento em autores menos conhecidos, em folhetos ou livros de pequena divulgação. Das obras dos evangelizadores portugueses no vasto Império, de propagação da fé, passa a autores que tinham o sentido de igualdade entre os homens, que reconhecem o valor nas virtudes pessoais, não no estado de fidalguia. Assiste-se à exposição do drama da vida do jesuíta Gabriel Malagrida (1689-1761), bem como dos jesuítas em geral, até sua expulsão ordenada pelo ministro de D. José I. São curiosos e ilustrativos da mentalidade da época os debates em torno do terremoto de Lisboa, visto como castigo. Sabe-se que o acidente ajudou o Marquês de Pombal na justificação de sua política. Há algo de polêmico no estudo (veja-se a crítica a Caio Prado Junior, p. 206).

E. Bradford Burns é brilhante e convincente, pois é certo que os intelectuais foram agentes de mudança ao longo do século XVIII, preparando 1822. O autor já escrevera artigos sobre o tema, focalizando bibliotecas e figuras brasileiras do setecentos. Trata-se, aliás, de um dos mais operosos "brazilianists", como se vê por quatro ou cinco livros, inclusive uma *História do Brasil* (1970). Interessou-se aqui, em capítulo de 37 p., em saber o que

se lia no Brasil e como eram as bibliotecas: a inspiração lhe terá sido dada pelo ensaio de Eduardo Frieiro, *O diabo na livraria do Cônego* (1945), em que se reconstitui, com sutileza e documentos, a biblioteca do Cônego Luís Vieira, envolvido na Conjuração Mineira. Burns interessa-se por todos os movimentos de contestação que se verificam ao longo do período, evidenciando o papel dos intelectuais. Contribui com estudo que serve para esclarecer melhor como e porque se fez a Independência.

Como se vê, é impossível resumir o que são as comunicações. O que se desejou foi apenas dizer o que contem e chamar a atenção para o que valem. Contribuem para o conhecimento do tema, embora nem sempre sejam originais. A reunião de duas brasileiras, um britânico e cinco norte-americanos foi feliz e a coletânea é de bom nível. Pode ser vista mesmo entre o que de importante se escreveu sobre a independência do Brasil. Como se disse no princípio, produziu-se muito, mas em tom comemorativo, muitas vezes sem sentido crítico. Esta edição resultou de encontro científico, não de uma academia para celebrar o fato, cantando-lhes as glórias, reais ou fictícias. Daí sua qualidade, que coloca o volume entre os de conteúdo válido, publicados de 1972 aos dias de hoje sobre o assunto. Tábua de cronologia, glossário e bem cuidado índice valorizam o texto.

FRANCISCO IGLESIAS.